

A SEMANA na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

De 05 a 11 de julho de 1992. - Nº 45

ÁFRICA DO SUL: Cenário Tenso

Mais de seis mil pessoas morreram em confrontos desde o início de 1990: enquanto o governo afirma que estes confrontos tem origem na rivalidade entre ANC e Inkatha, enquanto o ANC atribui esta animosidade entre estas duas importantes organizações à ação provocadora desenvolvida pela polícia e outros grupos que opõem-se ao desmantelamento do Apartheid. O massacre de Boipatong pode ser o catalisador deste processo de acirramento de tensões, que ameaça comprometer as negociações acerca do novo sistema político na África do Sul. Crescem as evidências de que as forças de segurança foram coniventes com o criminoso ataque realizado por um número ainda não determinado de zulus contra esta township, e, embora não se tenham ainda provas do envolvimento do Inkatha Freedom Party do ataque, esta hipótese não está afastada.

No dia 07/07 a COSATU, poderosa central sindical, ligada ao ANC, convocou uma greve geral para daí um mês (03/08), com o objetivo de forçar o governo a aceitar os dois elementos centrais da sua proposta de encaminhamento das negociações, a instalação, até o fim deste ano, de um governo de transição, e eleição de uma assembléia constituinte. O governo sul-africano reagiu imediatamente. O presidente De Klerk, afirmando que esta mobilização significa uma tentativa do ANC de obter o poder mediante coerção, e, seguindo a estratégia de Pretória em não reconhecer o ANC como a única (ou mesmo a mais significativa, embora ele evidentemente o seja) organização interlocutora, solicitou uma reunião com Mandela e Buthelezi. Nelson Mandela recusou esta proposta, afirmando que o governo sul-africano não vem tendo uma atuação positiva, por mostrar-se irredutível nas negociações e incapaz de controlar a violência.

A situação é muito séria, e com alguma razão inquietase Jorge Heitor, autor de uma série de bons artigos sobre o momento político sul-africano no jornal por

tuguês Público, acerca da possibilidade de colapso nas negociações, que pode mesmo provocar uma guerra civil. (pp.9-12).

FN

NESTA EDIÇÃO:

PALOP assinam um acordo de cooperação com a CE nos quadros de Lomé IV
p.01

Banco Mundial concede empréstimo a Angola
p.01

Atentado contra Savimbi: Entrevista com o português que afirma ter sido contratado para executá-lo.
pp.4-5

Artigo de Allister Sparks sobre a atual crise política na África do Sul
p.12

ANGOLA: As negociações entre a FLEC e o governo. Os bispos voltam a acusar o governo e a UNITA.

Representantes do governo angolano chefiados pelo vice-ministro do Interior para a área da Informação, Fernando Piedade Santos "Nando", encontraram-se na primeira semana de julho em Luanda com algumas figuras importantes da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), entre elas: Ranque Frank, Eduardo Sozinho e Luís Carneiro Gimby. Este encontro, devido às projeções dos representantes da FLEC, poderá abrir novas perspectivas para a solução da questão de Cabinda. Ranque Frank é conhecido como o pai espiritual do movimento independentista de Cabinda, enquanto Eduardo Sozinho e Luís Gimby participam do Conselho Supremo de Coordenação da FLEC. Não obstante a importância destes líderes é muito clara a sua posição de distanciamento em relação às alas mais "radicais" da FLEC, que continuam uma violenta guerra de guerrilha contra o

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEEA do Conjunto Universitário Candido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622

R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

governo de Luanda. Em decorrência deste fato alguns observadores afirmam que a estratégia do governo consiste em obter ganhos eleitorais, a partir desta demonstração de disposição para o diálogo. O líder da FLEC-FAC, Nzita Tiago afirmou que falta credibilidade a este tipo de encontro proposto pelo governo, já que marginaliza as reais lideranças que estão na luta armada. Tiago aproveitou a oportunidade para reinterar o pedido da realização de um referendo supervisionado pela OUA e pela ONU.

O problema de cabinda não será solucionado até que a FLEC obtenha a união de suas diversas tendências sob um único projeto político, pois enquanto continuar a diversidade de posturas e mesmo objetivos no interior da FLEC, o governo irá aproveitar-se da situação para negociar sempre que possível com a ala mais moderada, pelo menos até a realização das eleições.

O episcopado angolano distribuiu à imprensa um documento em que destaca os "quatro inimigos da paz: linguagem provocadora, dois exércitos rivais, tribalismo fechado e criminalidade organizada". A Igreja Católica tenta desta forma manter o clima de tranquilidade que tomou conta de Luanda quando da visita do Papa à Angola. Durante a visita do sumo pontífice o MPLA e a UNITA diminuíram a violência das acusações mútuas e aceleraram as medidas que visavam a desmobilização dos exércitos.

O mais interessante nesta postura da Igreja Católica é que ela surge num certo vazio político, na medida em que não há um partido ou frente que assuma o título de terceira força e que dê impulso as reivindicações da Igreja Católica, que, conscientemente, busca salvar o processo de democratização angolano. (pp.01 e 03).

MB

MOÇAMBIQUE: as negociações continuam e as oposições se articulam

Após mais uma sessão de conversação em Roma, entre o governo moçambicano e a Renamo, o líder deste movimento, Afonso Dahlakama, afirmou estar disposto a assinar um imediato cessar-fogo. Esta pode ser mais uma declaração de efeito. Mas o fato é que entre as decisivas questões militares a Renamo mais uma vez condicionou o avanço do diálogo à retirada das tropas zimbabeanas (milhares de soldados) que, estacionadas nos "corredores" da Beira e do Limpopo, garantem a segurança dos portos, vias férreas e estradas moçambicanas. Este complexo econômico é por onde o Zimbábue realiza grande parte das suas importações e exportações, e onde estão fincados consideráveis investimentos multinacionais, particularmente de origem britânica.

No âmbito político interno o pluripartidarismo e a continuidade das negociações de paz estão cada vez mais municando a oposição moçambicana. Em seus discursos de apresentação pública a palavra-chave dos novos e numerosos partidos é DEMOCRACIA, e os alvos são o partido Frelimo e o Estado sob o seu controle. Por outro lado, tais organizações não possuem experiência política, assim como lutam contra os poucos recursos e suas frágeis estruturas internas. É possível, portanto, esperar futuras campanhas delineadas por acusações virulentas e muita instabilidade, notadamente quando se der o processo de transformação da Renamo em partido político, além de sua necessária integração à vida política e civil (pp.6-8).

EB

Os "quatro inimigos da paz"

António Matos,
em Luanda

Os bispos angolanos voltaram a manifestar-se de forma muito dura sobre os dois principais protagonistas, sobre o processo de paz em Angola, acusando o Governo e a UNITA de se "mostrarem surdos" aos apelos da Igreja Católica no sentido de diminuir o clima de tensão no país.

Em documento distribuído à imprensa, em Luanda, lido nas igrejas no passado domingo, o episcopado angolano chama a atenção para a subsistência "de quatro inimigos da paz: linguagem provocadora, dois exércitos rivais, tribalismo fechado, criminalidade organizada".

Os bispos apelam ainda nesta mensagem, onde são visados indiferentemente os dois subscritores dos Acordos de Bicesse, a "todos os cidadãos para criarem em toda a parte um clima de liberdade que lhes permita exercer o direito e dever de votar a favor do partido que em consciência lhes parecer mais oportuno".

A mensagem, com um claro conteúdo político, foi elaborada pelos bispos de Angola e São Tomé após a visita do Papa a Angola, considerada uma das mais bem sucedidas digressões pastorais a África. Durante os dias da sua visita, João Paulo II pronunciou repetidas mensagens de paz, que o episcopado angolano considera, agora, estarem a ser ignoradas tanto pelo Governo como pela UNITA.

A "linguagem provocadora" utilizada "pelos dois grandes partidos do país" é, segundo a mensagem dos prelados, "semelhante à que se ouvia antes de rebentar a guerra em 1975". Verifica-se, segundo esta declaração, uma "contradição flagrante entre certas afirmações pacíficas dos altos dirigentes políticos e os comunicados belicistas dos seus órgãos de informação", o que é considerado um "paradoxo difícil de entender".

Outro aspecto abordado com linguagem veemente é "o atraso na desmobilização dos

dois exércitos rivais": "Se nenhum dos dois quer atacar, de quem é que ambos se querem defender?", perguntam os bispos, acrescentando que a sua "preocupação provém ainda de certas informações referentes a material militar secretamente movimentado".

Tribalismo e criminalidade

Os bispos advertem também para o risco de Angola incorrer "nos mesmos erros e tragédias" ocorridos noutros países de África, com origem nas rivalidades tribais. "Tenham a nobreza de reconhecer e aceitar os valores das outras tribos", apelam, depois de diagnosticarem um "sentimento de certa rivalidade tribal que se não disfarça no relacionamento político".

A multiplicação de crimes um pouco por todo o território leva a Igreja Católica angolana a considerar que "em muitas áreas do país se instalou um clima de terror".

"Homens armados, até em pleno dia, assaltam, roubam, torturam e matam", afirmam os bispos, considerando "novo" este fenómeno na sociedade angolana: "É caso para nos interrogarmos donde vem este angolano desconhecido." A impunidade com que os criminosos actuam é também verberada pelos prelados.

Em relação ao recenseamento eleitoral, o episcopado angolano mostra-se preocupado pela falta de esclarecimento das pessoas sobre o seu significado: "Pessoas há que estão na disposição de se furtarem a ele, com receio de hipotéticas represálias. Ainda não esqueceram o ano de 1975, em que muitos se inscreveram nos três partidos então reconhecidos, acabando não poucos por serem depois vítimas daquilo que é sabido."

Ainda sobre o processo eleitoral, os bispos afirmam haver "povoações que já temem represálias futuras se não derem o seu voto maioritário ao partido entre eles dominante".

Por fim, os bispos chamam a atenção para a necessidade de "todos os partidos terem as mesmas oportunidades de se dar a conhecer ao povo", numa referência ao papel da comunicação social, através da qual nos últimos tempos, afirmam, "há partidos a acusarem-se mutuamente, há informações contraditórias".

Pela primeira vez tratados como "entidade regional" PALOP recebem quatro milhões de contos

UM ACORDO-QUADRO de cooperação regional entre a CE e os PALOP, envolvendo 25 milhões de ecus (4,25 milhões de contos), foi ontem assinado em Bruxelas pelo secretário de Estado Durão Barroso, em nome da Presidência do Conselho, pelo comissário Manuel Marin, em nome da Comissão Europeia, e pelos ministros responsáveis dos "cinco".

O acordo tem um significado especial por consagrar a existência de uma "entidade regional" formada pelos cinco países africanos de expressão portuguesa, no quadro da Convenção de Lomé IV — a referência para a cooperação entre a CE e os chamados países ACP (África, Caraíbas e Pacífico). Portugal

teve um papel decisivo para que os laços históricos, culturais e linguísticos entre os "cinco" prevalecessem sobre a descontinuidade geográfica, levando a CE a reconhecer a necessidade de pôr à disposição destes países — envolvidos em processos semelhantes de democratização e liberalização económica — as vantagens dos procedimentos reservados ao relacionamento entre a Comunidade e agrupamentos regionais.

Destinado também a servir de estímulo ao desenvolvimento das estruturas de cooperação já existentes entre os "cinco", o acordo ontem assinado em Bruxelas prevê acções coordenadas no campo da formação de recursos humanos e incide sobre as áreas da educação — com especial ênfase no ensino primário —, da saúde, da administração pública e da cooperação cultural.

O reconhecimento dos "cinco" como agrupamento regional no âmbito da Convenção de Lomé IV fora anunciado no fim de Fevereiro, em Lisboa. Na altura, durante uma conferência de imprensa conjunta com o espanhol Manuel Marin, responsável pelas Pescas e pela Cooperação na Comissão Europeia, Durão Barroso saudou a novidade dizendo que se tratava do "primado do histórico e do cultural" e do "afastamento de uma visão tecnocrática e burocrática".

Joaquim Trigo de Negreiros

ANGOLA PUBLICO 30 JUNHO 1982

O Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, recebeu Ranque Frank e outros defensores da causa de Cabinda, aos quais disse querer lançar as bases para que "um entendimento se torne realidade". Não foi de imediato divulgada a reacção dos cabindas às palavras apaziguadoras escutadas no Futungo de Belas, perto de Luanda.

PUBLICO TERÇA-FEIRA, 30 JUNHO 1982

Novo empréstimo a Angola

A ASSOCIAÇÃO Internacional de Desenvolvimento, uma filial do Banco Mundial, concedeu a Angola um crédito avaliado em 33,5 milhões de dólares (mais de 4,3 milhões de contos), segundo divulgou a agência noticiosa de Angola, a Angop. Com este crédito, disse à Angop, uma fonte do Banco Mundial, Angola vai poder estabelecer um novo quadro legal à instituição RPT legal e institucional para o sector eléctrico e repor em serviço as linhas de transporte, destruídas durante a guerra civil que assolou o país durante 16 anos. Com o aumento da produção eléctrica, o Governo de Angola conta suprimir o maior obstáculo ao crescimento industrial e económico do país. O sector de electricidade é composto por três unidades que cobrem as regiões do Norte, Centro e Sul. O crédito vai financiar o reestabelecimento de uma linha de transporte fortemente danificada durante a guerra, no Centro e Norte, bem como a reconstrução de outras linhas e centrais e renovação de vários postes.

"CCPM não pode acabar"

António Matos, em Luanda

Chamando a si um papel de protagonista na fase pré-eleitoral que se vive em Angola, Savimbi realizou ontem mais um comércio, desta vez na capital do país. Para além das inevitáveis referências aos cubanos, defendeu a CCPM e afirmou que a bipolarização "é inevitável, mas circunstancial".

O presidente da UNITA admitiu ontem que a Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) poderá prolongar a sua existência para além de 30 de Setembro. Durante um comércio realizado ontem à tarde em Luanda, em que mais uma vez pronunciou um discurso considerado moderado pelos observadores, Savimbi afirmou que "depois das eleições a CCPM ainda será necessária por mais um mês ou dois meses, para se poderem concluir vários programas contidos nos Acordos de Bicesse que não serão cumpridos até 30 de Setembro". A formação das Forças Armadas Angolanas e a desmobilização são algumas das questões que se vão prolongar.

O espaço escolhido para o comércio era arriscado: mas milhares de apoiantes do partido do "galo negro", vindos maioritariamente dos mancebos, dariam ao vasto Largo do Kinaxixi um aspecto composto, que agradou aos dirigentes da UNITA.

Savimbi foi o único orador e o seu tom interpellativo chegou a animar os apoiantes. O primeiro tema do discurso, de cerca de 50 minutos, foram os acordos de paz. "Não se pode dizer que os Acordos de Bicesse são incompletos: onde é que já houve um acordo perfeito no mundo? Pelo menos garantiram ao povo angolano a paz que era necessária e o caminho para a democracia", afirmou, fazendo depois a apologia da CCPM: "É a CCPM que garante a aplicação escrupulosa dos acordos de Bicesse. Tentar menosprezá-la é criar riscos."

Viria depois a habitual referência aos cubanos e novamente a parábola do bom pastor para verberar "os que abandonaram a luta contra os cubanos". Sobre a alegada existência de um exército secreto da UNITA, afirmou: "Não existe exército secreto. O exército secreto é este que está aqui, que deve registar-se e votar". Para Savimbi, o exército

secreto é, por outro lado, a polícia anti-motim.

Uma das mais interessantes novidades do discurso de Jonas Savimbi seria, contudo, a referência à bipolarização entre a UNITA e o MPLA, que considerou inevitável, mas transitória: "Isto vai durar algum tempo, depois vai acabar. Os emergentes têm de crescer e nós vamos ser submergentes."

Desanuviamento ou tréguas?

Na noite de quinta-feira, um debate televisivo entre Fernando Piedade Santos "Nandó" (Governo) e Salupeto Pena (UNITA) deixara entrever um clima de entendimento quase absoluto ("nas questões essenciais", repetiram os dois) entre os dois representantes dos signatários dos acordos de paz. "Combinaram não falar demasiado sobre as questões mais delicadas", revelou ao uma fonte próxima dos dois políticos, que representam os respectivos partidos na Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM). Mesmo assim, falaram de quase tudo, nomeadamente da existência, ainda, de prisioneiros de guerra.

Ambas as partes admitiram que as respectivas estruturas mantêm prisioneiros, apesar da acção da CCPM e do Comité Internacional da Cruz Vermelha. "Nandó" não desmentiu Salupeto Pena quando este afirmou que "dos mais de dois mil presos só foram libertados cerca de 700"; Salupeto Pena admitiu que ainda estão detidos na Jamba vários oficiais da força aérea governamental.

Apesar deste clima de abertura, os observadores internacionais do processo de paz são unânimes em reconhecer que a questão dos prisioneiros é uma das mais atrasadas, pelo que será debatida durante a próxima semana entre a CCPM e a Cruz Vermelha. Para terça-feira, segundo fontes oficiais, prevê-se a libertação de 20 dos prisioneiros ainda retidos na Jamba, entre os quais três pilotos da Força Aérea Popular de Angola.

Afinal, era um russo!

DURANTE os últimos dias, um bosto ganhara corpo na cidade. Nos escritórios, nas lanchonetes, ao almoço ou ao jantar, o diálogo repetia-se em Luanda:

— Já viste a televisão da UNITA?

— Ouvi falar. Mas como é que se apanha?

— Olha: não sei bem como é, mas só dá filmes.

O partido de Savimbi anunciou que iria ter a sua própria televisão a partir de Junho. Por isso, quase ninguém punha em dúvida que a "televisão pirata" pertencesse à UNITA.

Duridava-se, isso sim, que houvesse "televisão pirata": "Mas tu já viste?", perguntavam os mais cépticos. "Eu nunca vi, mas conheço gente que já viu!"

E a TPA (Televisão Popular de Angola), a que não é pirata, tinha visto. E preocupou-se a ponto de chamar a si o papel de guardião do templo sagrado: um jornalista e um técnico saltaram para um jipe e, "com potentes aparelhagens", seguiram o rasto dos piratas. Deu direito a reportagem no telejornal. Chegados ao local suspeito, depararam-se com um russo, presumível responsável pela emissão pirata.

O monitor da televisão mostra, então, um aglomerado de "cassetes" e, logo de seguida, a voz do jornalista: "O Estado concedeu à TPA o exclusivo da emissão televisiva em Angola. E o senhor vice-ministro da Informação, Aldemiro da Conceição, deixou bem claro em entrevista à televisão portuguesa que quem não cumprisse a lei seria punido. Foi o que aconteceu." O (atónito) russo tinha ido "dentro" e só faltou rematar: "Que sirva de exemplo!" A.M.

Bruxelas aguarda decisão angolana

A COMISSÃO da CE aguarda que Angola tome decisões sobre o tipo de apoio que necessita para a realização das eleições de Setembro. A Comissão já disponibilizou uma soma de 570 mil contos, a que se somam 1,8 milhões, a serem concedidos pelos Estados-membros.

Parte da quantia será financiada no âmbito do Programa Indicativo Nacional, sendo o restante oriundo de uma linha orçamental específica da Comissão. O financiamento visa fornecer material eleitoral, assegurar apoio logístico e assistência técnica. No entanto, cabe a Angola decidir quanto ao tipo e à quantidade de material de que precisa: urnas, boletins de voto, tipo de tinta indelével (para o controlo dos eleitores) e outro material de apoio ao escrutínio.

O apoio especial a Angola foi decidido no Conselho de Ministros da CE de 28 de Novembro. Em Fevereiro, a "estratégia" dos ministros da Cooperação deslocou-se a Luanda, tendo assistido à assinatura do Programa Indicativo, no valor de 115 milhões de ecus (16,5 milhões de contos). Assinado entre o vice-presidente da Comissão, Manuel Martín, e o primeiro-ministro de Angola, Van Dunen, o programa "obscure" das relações entre a CE e todos os países ACP.

No mesmo mês, Martín anunciou, em Lisboa, a decisão de lançar uma plataforma comunitária de emergência para o período de 92/93. Os seus termos foram aprovados numa reunião dos Doze, em Março, tendo ficado decidido atribuir mais 200 milhões de ecus (28,5 milhões de contos) como apoio à preparação das eleições, reinserção dos deslocados, refugiados e desmobilizados e reconstrução de algumas infra-estruturas sociais e económicas.

Jogo em Cabinda provoca quatro mortos

PÚBLICO 2 JULHO 1992

QUATRO pessoas morreram e várias outras ficaram feridas na sequência dos incidentes ocorridos terça-feira, em Cabinda (Norte de Angola), durante um jogo de futebol entre os dois clubes rivais da região: o FC Cabinda e o Benfica de Cabinda. Segundo a agência Angop, citando a rádio angolana, os incidentes ocorreram no momento em que o árbitro da partida assinalou uma grande penalidade a favor do FC Cabinda, aos 87m, quando o resultado (1-0) era favorável ao seu rival, o Benfica de Cabinda.

Guerrilha não aceita as negociações em curso

A FLEC-FAC, de Nzita Tiago, e Peso Bambi, secretário-geral do Conselho Supremo de Coordenação da FLEC, recusam credibilidade às negociações entre o Governo angolano e facções independentistas lideradas pelo antigo dirigente Ranque Frank e por Eduardo Sozinho, que se encontram desde quarta-feira em Cabinda, onde a morte de um jovem, filho de um português, em incidentes durante um encontro de futebol acentuou o ambiente de tensão.

"Qualquer acordo não passará de um castelo na areia", disse ao PÚBLICO Carlos Puna, porta-voz do presidente da FLEC-FAC, considerada a maior das organizações armadas que combatem a presença angolana no enclave. "Não foi pela autonomia que vamos de armas na mão: foi pela independência total. Se Angola tem dúvidas, que faça um referendo, supervisionado pela OUA e pela ONU", acrescentou o porta-voz de Nzita Tiago, dizendo que este "continua à espera do encontro a sós que propôs no mês passado a Eduardo dos Santos, se Angola quisesse realmente ver o problema resolvido".

O secretário-geral do Conselho Supremo de Coordenação da FLEC, uma estrutura de unida-

de criada em Novembro passado em Lisboa, manifestou-se igualmente "surpreendido e indignado" com as notícias de conversações com vista à pacificação do enclave antes das eleições (ver PÚBLICO de 1/7). "Isto não é sério, e só vai complicar a situação", disse Bambi em contacto telefónico a partir de Paris. Os dirigentes que aceitaram deslocar-se a Cabinda com negociadores do Governo angolano "estão a actuar fora do esquema" e andam "à procura de migalhas", acusou.

A necessidade de se obter o acordo das principais facções da FLEC, e em particular da guerrilha, foi também acentuada ontem pelo bispo de Cabinda, Paulino Madeca. "Se não houver um consenso de todas as facções, podemos assinar alguma coisa com o Governo de Angola, mas não temos sossego em Cabinda", disse o prelado à Rádio Nacional de Angola, após um encontro, ontem à tarde, com Ranque Frank, que se avistou igualmente com o governador provincial, Augusto Tomás, e com empresários e autoridades tradicionais.

O clima de tensão que se vive no enclave ficou patente em incidentes ocorridos no início da semana, na parte final do "derby"

local entre o Futebol Clube de Cabinda e o Benfica de Cabinda, a contar para o campeonato angolano de futebol da primeira divisão, na sequência dos quais terá morrido um jovem de apelido Rocha, filho de um português e de uma cabinda, e ficado ferido um número indeterminado de pessoas.

Na quarta-feira, depois de terem gritado palavras de ordem contra a polícia e exibido fotografias do líder Nzita Tiago, diante do restaurante onde almoçavam as delegações que têm vindo a manter negociações, participantes no cortejo fúnebre dirigiram-se para a cidade de Malembu, onde se viveu um ambiente descrito por testemunhas oculares ao PÚBLICO como fazendo lembrar "o caso de Timor-Leste". Aí, após um ataque por populares a um centro de registo eleitoral, soldados dispararam sobre uma multidão calculada num milhar de pessoas.

De noite ouviram-se disparos em volta do palácio do governador, segundo a agência Reuter, que noticia também a morte de uma mulher, vítima da explosão de uma granada atirada contra o carro do comandante-adjunto da polícia local.

Adelino Gomes, com António Matos, em Luanda

A produção musical em Angola tem estado, após anos de estagnação, numa nova fase. Segundo José Leitão, director da Empresa Nacional de Edições e Publicações (Rafip), dependente da Secretaria de Estado da Cultura, cerca de duas centenas de discos de autores angolanos deverão ser lançados em Luanda até ao fim do ano.

Entre estes discos, destaca-se uma colecção de música angolana produzida por uma empresa privada — a Makina —, do compositor Alberto Tota Lando, em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura. Incompatibilidades entre os diversos músicos convidados e questões de natureza política, ligadas ao confronto entre o partido no poder e a UNITA, levaram à alteração do projecto inicial, que previa a edição não de uma colecção, mas de uma antologia, desde os anos cinquenta até aos dias de hoje. Segundo Tota ao PÚBLICO o álbum cultural da embaixada angolana em Lisboa, Filipe Zan (de próprio nome), a quem seria atribuído o estatuto de secretário da música popular urbana, a iniciativa, justificada por um longo tempo de inactividade, não se concretizou. Segundo Tota, a iniciativa foi interrompida por problemas de natureza política.

PÚBLICO
QUARTA-FEIRA 1 JULHO 1992

Fundador da FLEC negocia em Luanda

REPRESENTANTES do Governo angolano e de várias sensibilidades da FLEC (Frente de Libertação de Cabinda) reuniram-se na segunda-feira em Luanda, naquela que poderá ser a mais importante das iniciativas para a pacificação do enclave patrocinadas nos últimos meses pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos. Segundo o porta-voz da delegação da FLEC, Luís Gimby, "é possível acabar a guerra em Cabinda até às eleições", abrindo-se agora um período de duas semanas para que as diferentes facções independentistas acordem numa representação única para as negociações.

"Todos os passos serão válidos desde que contribuam para o início do diálogo e não marginalizem outras sensibilidades de Cabinda", reagiu em Lisboa um membro do Conselho Supremo de Coordenação da FLEC, o independente António Cunha, enquanto observadores diplomáticos em Luanda, face à ausência de representantes das organizações de guerrilha, con-

sideravam que, para já, as negociações em curso "servem sobretudo os interesses eleitoralistas do Governo".

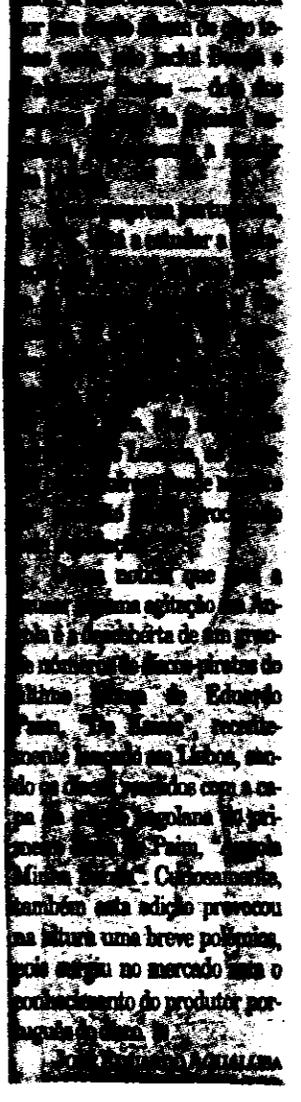
As "delegações interangolanas" (como são oficialmente chamadas) têm como principais figuras o vice-ministro do Interior para a área da Informação, Fernando Piedade Santos "Nando", e o fundador da FLEC, Ranque Frank, que se encontra em Luanda desde sexta-feira, tendo sido recebido no sábado pelo Presidente da República.

A representatividade da delegação da FLEC constitui, de momento, uma incógnita. Apesar do seu estatuto de "pai espiritual" do movimento independentista de Cabinda, Ranque Frank é tido como uma figura muito distanciada das acções de guerrilha que a FLEC tem empreendido, a ritmo "moderado", no enclave. "Muito mais importante", considera-se em Luanda, "é o sentimento independentista que parece existir na grande maioria da população cabinda, cuja reunião em torno de uma figura consensual pode ser decisiva para o destino do enclave."

A presença na delegação de Eduardo Sozinho e de Luís Carneiro Gimby — duas figu-

ras que fazem parte, ao lado de Frank, do Conselho Supremo de Coordenação da FLEC, constituído em Novembro passado, em Lisboa, na Conferência de Quadros e Patriotas Cabindenses — parece indicar, contudo, estar-se em presença dos mais importantes encontros desde que o Presidente de Angola manifestou abertura para negociações sobre o estatuto do enclave. A reacção do Conselho Supremo — em particular do seu secretário-geral, Peso Bambi, neste momento em Paris, e de Tibúrcio Luemba, líder da organização de guerrilha FLEC-Renovada — mostrará a consistência da iniciativa.

É neste quadro que se situa um endurecimento de posições da FLEC-FAC, de Nzita Tiago, ao exortar ontem os residentes estrangeiros em Cabinda a "abandonarem imediatamente" a região, considerando que as suas vidas "estão em perigo". Em comunicado enviado à agência Lusa, esta organização armada diz que Luanda está a preparar "uma ofensiva de grande envergadura" sobre as áreas do Norte do enclave. A acção seria desencadeada "antes de Agosto", com um desembarque no porto de Lândana, "para fugir ao controlo" dos observadores da ONU.



Dizendo-se contratado para dirigir um atentado contra Savimbi, um português ex-agente secreto do MPLA conta a sua «história»

O PORTUGUÊS que afirma ter sido contratado para matar Jonas Savimbi dá finalmente o seu «bilhete de identidade»: chama-se João Jorge Frias Martinho (e não José Jorge, como por lapso o EXPRESSO referiu há duas semanas ao revelar a história), tem 45 anos, diz-se simpático do PSD e, além de sempre ter trabalhado em redes de espionagem (ou de «informações», eufemismo que os protagonistas preferem utilizar), foi seccionista de bilhar do Benfica e proprietário de um bar em Lisboa. Mas não dá a sua cara, dizendo que prefere não ser apontado nas ruas como agente secreto ao serviço do MPLA.

O nome não é novidade, desde que o vice-ministro angolano da Informação, Aldemiro da Conceição, o denunciou na RTP, confirmando que foi agente do MPLA mas que o afastaram por «chantagem» e «tráfico de informações». Jorge Martinho, nesta entrevista, afirma porém ter saído de Luanda por sua própria vontade e não ter aceite um tostão da UNITA para revelar a suposta conspiração contra a vida de Savimbi. E nas entrelinhas sugere possuir conhecimento de outros «dossiers» embaraçosos para o Governo de Luanda. Se não é verdade, essa é pelo menos a maneira de ele garantir a sua imunidade.

EXPRESSO — É verdade que trabalhou em informações para o Grupo dos Nove?

JORGE MARTINHO — Preferia não responder. Não tem a ver para o caso. Mas sempre trabalhei em situações que, na minha óptica, conduzam à liberdade, aos direitos do homem, à democracia.

EXP. — Então como é que decidiu ir trabalhar para o Governo de Luanda?

J.M. — Era necessário haver alguém junto do Governo de Luanda.

EXP. — Da parte de quem?

J.M. — De algumas forças.

EXP. — Foi como agente duplo?

J.M. — Não. Em Luanda fui suprapartidário. Não tomei partido pelo MPLA nem pela UNITA. Quando se toma partido no jogo da informação é-se sempre tendencioso.

EXP. — Mas, efectivamente, trabalhou para o MPLA...

J.M. — Trabalhei para o Presidente Eduardo dos Santos. Fui seu assessor de segurança de 1982 a 1987.

EXP. — Como é que lá foi parar?

J.M. — É uma história comprida. Foi o tenente-coronel Vasco Lourenço que me apresentou aos serviços. Fiz alguns relatórios e o Presidente achou por bem conhecer-me, com a minha garantia de que só trabalhava para ele.

EXP. — Que relatórios eram esses?

J.M. — Análises do seguimento da guerra, das relações entre países e da política internacional. Sempre bati na tecla de como a situação ia acabar. Era uma guerra que ninguém ganhava e que tinha de acabar como acabou, com um acordo de paz.

EXP. — Como é que foram buscá-lo a si, um português, para esse trabalho?

J.M. — Sabiam com certeza que eu tinha conhecimentos técnicos e que os punha no papel. Talvez o Presidente quisesse ter alguém que lhe dissesse as coisas com honestidade e que tivesse a sigla de que servir nem sempre é agradável.

EXP. — Qual era a apreciação que o Presidente fazia do seu trabalho?

J.M. — Era tal que estive de lá cinco anos e fui eu que me vim embora.

EXP. — Não foi então expulso, como disse Aldemiro da Conceição na RTP?

J.M. — Não. Vim um pouco à revolta do Presidente porque sabia que ele não me queria deixar sair. Achava que eu cada vez lhe fazia mais falta. Aliás, Aldemiro da Conceição é um vice-ministro um pouco encapotado, porque na verdade ele é chefe do GAPI — Gabinete de Análise à Propaganda Inimiga. É um agente de segurança.

EXP. — Porque é que se veio embora?

J.M. — Por cansaço. Ao fim de cinco anos a viver em Angola intensamente, ainda por cima sempre a discordar dos pareceres dos assessores soviéticos e cubanos, a minha imagem começou a ficar um pouco desgastada.

EXP. — Considerava o seu trabalho inútil?

J.M. — Na altura o meu trabalho batia contra a parede.

EXP. — Qual era a divergência que tinha com os soviéticos e os cubanos?

J.M. — Eram divergências sobretudo de opiniões, de como o diferendo com a UNITA devia ser tratado, de como a guerra devia ser feita. Os cubanos e soviéticos eram os donos e senhores de Angola e serviam-se do país para vender os seus armamentos e tecnologias obsoletos.

EXP. — Expressava essas opiniões junto do Presidente?

J.M. — Sim, totalmente.

EXP. — E ele aceitava-as? Não desconfiava de si?

J.M. — Não tinha que desconfiar. Tenho por ele muita consideração. Acho-o um homem inteligente.

EXP. — Acha que ele estava na mão dos soviéticos ou dos cubanos?

J.M. — A certa altura sim. Mas ele sabia-o. Sabia também que teria de esperar para se poder libertar dessa situação. Por exemplo, em 1983, quando o dr. Wilson Santos, contactado por mim para sair da UNITA, acede, não se consegue achar uma saída política para o pôr em Angola.

EXP. — Com quem mais contactos para levar para o MPLA?

J.M. — Com Daniel Chipenda. Sou eu que o levo para o MPLA, depois de o contactar aqui em Lisboa.

EXP. — Vinha cá com regularidade?

J.M. — Sim. O coronel Gato, da UNITA, foi contactado por mim em Paris mas não aceitou.

EXP. — Que lhe disse ele?

J.M. — Disse apenas que não. Que era leal à UNITA e que não saía.

EXP. — Quem mais?

J.M. — Alguns dissidentes da UNITA foram levados por mim, como o André Yambayamba. O Fórum Democrático é quase uma coisa montada por mim. Tudo dissidentes da UNITA.

EXP. — Isso envolvia muito dinheiro, era preciso pagar a essa gente...

J.M. — Eu fazia os contactos, garantia o «sim» e, depois, saía do processo.

EXP. — Não era você quem pagava?

J.M. — Não.

EXP. — Mas alguém pagava...

J.M. — Com certeza. Eu tratava de fazer a aproximação diplomática dos serviços, para depois outro sector dos serviços se encarregar da operação.

EXP. — Também havia «trabalho sujo», como raptos, violência, ameaças?

J.M. — Não. Estava implícito que não sou pessoa para «trabalho sujo». Acho que isso não é de um serviço de informação.

EXP. — Quem é que fazia o «trabalho sujo»?

J.M. — Não gostaria de falar nisso, por uma razão muito simples: os «trabalhos sujos» nunca eram falados comigo.

EXP. — Tinha contactos com algum serviço fora de Angola, como os portugueses, por exemplo?

J.M. — Muita gente se interroga sobre se eu estava ligado aos serviços de informação portugueses. Evidentemente que se estivesse também não o diria. Mas não tenho qualquer contacto com eles.

EXP. — E quanto à CIA? Já foi dito que você era um homem da CIA...

J.M. — Foi o vice-ministro que disse. É uma coisa que quero dizer ao sr. vice-ministro... não sou do KGB com certeza. Ele agora que pense o que quiser.

EXP. — Teve alguma acção em relação a portugueses presos quando lá se encontrava?

J.M. — Quando lá cheguei era prática e voz corrente que «na dúvida mata-se». Era uma frase do ministro da Segurança do Estado, o Ludy, que fez o processo do golpe de 27 de Maio de 1977. Isso não é de um serviço de segurança nem de informação, é aquilo a que chamo a turma do aperta o pepo. Havia portugueses presos no âmbito do «Processo 105», que era a demonstração cabal da incapacidade dos serviços de segurança de deterem durante a guerra

qualquer célula da UNITA em Luanda. Na altura havia uma feroz perseguição aos portugueses: eram maltratados, morriam nas cadeias. O nosso embaixador não era escutado. O nosso cônsul-geral, António Franco, chegava à cadeia do Catete e não era recebido. Quando chego, ao tomar conhecimento disso, a situação mudou um pouco. Houve muitos portugueses que saíram das cadeias devido a mim.

EXP. — Esses portugueses eram acusados de quê?

J.M. — De tráfico de diamantes. Creio que alguns com razão, mas outros não. Era a segurança do Estado que punha sobre a mesa do juiz o processo e dizia os anos de cadeia para cada um. Se o juiz discordasse, invocavam os mais altos interesses da nação. De tudo isso informei o Presidente.

EXP. — Depois de sair continuou ligado à actividade da informação?

J.M. — Não. Tinha dito ao Presidente que sempre que precisasse de mim me contactasse. De vez em quando, havia um assunto ou outro confidencial, como por exemplo o caso do Paulo Chipilica, com quem fiz os contactos, em 89 ou 90. Mas aí houve incapacidade dos serviços para resolver o assunto. Por detrás de toda esta história está o general José Maria.

EXP. — Conheceu-o?

J.M. — Conheci-o como major, em 82.

EXP. — Qual é a importância dele?

J.M. — É neste momento chefe dos serviços secretos angolanos. Começou pelo SIM (Serviço de Informação Militar) e, mais tarde meteu toupeiras no MINSE (Ministério da Segurança), conseguindo tê-lo na mão.

EXP. — Como é que ele ascendeu a essa posição?

J.M. — Por inércia do próprio MINSE. Em terra de cegos quem tem olho é rei. O general José Maria foi seminarista e nosso oficial de comandos. É um homem inteligente.

EXP. — Porque é que volta a Angola?

J.M. — Porque vem um oficial dos serviços de informação...

EXP. — Quem?

J.M. — Um amigo meu, que não está muito metido nesta história e de quem não gostaria de citar o nome.

EXP. — Ele esteve na embaixada de Angola em Portugal?

J.M. — Sim, foi um desses. Disse para eu ir, que as coisas estavam diferentes. Fui em Fevereiro. E para meu espanto, em casa do general José Maria, este entrega-me diversos «dossiers» para eu me actualizar e dar parecer.

EXP. — Isso dá-se ao fim de quantos dias?

J.M. — Dois ou três. As palavras do general José Maria foram: «Há que destruir a UNITA de qualquer jeito, para não ir às eleições». Mas é evidente que não tenho provas.

EXP. — Que queria ele de si?

J.M. — Mais tarde, iria perceber que queria armar-me uma ratoeira. Evidentemente, conhece-me mal, se não não me apresentaria um projecto destes. Se me apresentasse projectos inteligentes...

EXP. — Mas que projectos lhe apresentou?

J.M. — Projectos sujos, como o de sabotar o avião de Savimbi. Só uma mente deturpada o faria. Disse-lhe que era uma bronca, que estávamos em processo de paz, com a ONU ali, e fomos matar o homem! No fim destes anos de guerra ia-se arranjar um mártir. Ele disse que as chancelarias já estavam contactadas para a efectuação do golpe e ia-se arranjar tudo como se tivesse sido a UNITA. Depois, dá-se a saída dos dissidentes.

EXP. — De qualquer forma você não recusa.

J.M. — Não posso, se não não saio. Tem que se dizer que se vai analisar o projecto.

EXP. — Quais é que tinha o seu passaporte?

J.M. — Desafio-os a dizer como é que o meu passaporte de cidadão português me é retirado em Saurimo e porque me é dada ordem para me deterem ali, quando ia embarcar para Luanda.

EXP. — Que foi fazer a Saurimo?

J.M. — Como a minha presença em Luanda dava muito nas vistas, fui encarregado de ver nas Lundas o trato que a UNITA dá aos diamantes. Ao mesmo tempo, ficaria encarregado de trazer um capitão da UNITA, um tal Pedrito, que está em Saurimo. Também fui a Luena ver o comício de Savimbi. É irreversível: a UNITA é que vai ganhar as eleições.

EXP. — Isso agora parece um discurso eleitoral a favor da UNITA...

J.M. — Não, é para apresentar da situação. Ao serviço do Presidente Eduardo dos Santos, sempre tive o respeito da UNITA, que viu em mim um adversário leal. Já em 83 havia um projecto de atentado contra Savimbi, na Costa do Marfim, que eu faço cair.

EXP. — É verdade que pediu para filmarem o avião de Savimbi 24 horas por dia?

J.M. — Eu tinha de ganhar tempo. Sou contratado para chefiar a operação. Falam-me em traços gerais do projecto...

EXP. — Tinha data para a execução?

J.M. — Não. Tinha-se o alvo, os meios eram dados e era depois uma questão de tempo.

EXP. — Mas sei que você fez compras de milhares de contos em equipamento antes de partir para Angola. Não ia fazer negócios?

J.M. — Não. O MINSE está a passar para a privada, e os serviços secretos dão apoio a pessoas que façam negócios. São empresas dos serviços secretos.

EXP. — Como se chama a empresa para onde iria?

J.M. — Não gostaria de entrar por aí. As pessoas dessa empresa não sabem o que está por trás.

EXP. — Chegou a falar mais alguma vez com o general José Maria?

J.M. — Foi só dessa vez.

EXP. — Ele estava fardado ou à civil?

J.M. — Fardado. Anda sempre fardado. Quis armar-me uma ratoeira em Saurimo. A ideia dele era eu nunca mais voltar a Portugal e ser tido como desaparecido.

EXP. — Ele primeiro quer pô-lo num projecto para dar cabo de Savimbi e depois quer dar cabo de si? Como é isso?

J.M. — Esse projecto é ultrapassado com a saída do Nzau Puna e com o despoletamento do caso da vivenda de Miramar: um oficial do gabinete de Eduardo dos Santos desertou para a UNITA e contou que se preparava uma acção violenta contra a residência de Savimbi em Luanda.

EXP. — E a deserção do oficial prejudicou o projecto?

J.M. — Claro, porque desapareceram documentos do próprio gabinete do Presidente.

EXP. — E você apercebe-se de que alguma coisa se passa?

J.M. — Quando vou regressar a Luanda, um coronel do MINSE diz-me que o general José Maria me tinha mandado deter ali na provincia. Fiquei espantado, perguntei porque estava preso. Ele disse que só estava retido, que ficava ali uns dias.

EXP. — Que é que você faz?

J.M. — O general José Maria pensa que eu fujo para os braços da UNITA, mas está enganado, porque fujo para a frente, para Luanda. Há amigos meus que me facilitam essa fuga.

EXP. — Como é que conseguiu isso?

J.M. — Ando lá há mais anos do que o general José Maria. Os livros que ele agora anda a ler já os mandei todos fora. Demorei três dias a chegar a Luanda.

EXP. — Por via aérea?

J.M. — Sim. Isso é outra história, porque aquilo é um bocado como a república das bananas, está tudo furado...

EXP. — Que faz quando chega a Luanda?

J.M. — Vou directamente à Embaixada de Portugal.

EXP. — E fala com quem?

J.M. — Com o cônsul, que não conheço. Existe um diplomata nosso na embaixada que se lembra bem de mim: o sr. Jorge Gonçalves, dos tempos de 82/87. Digo-lhes o que se passa e que quero ir para Lisboa. Puseram-me num avião para Lisboa sob o controlo de um diplomata português.

EXP. — Como é que você chega ao avião sem correr o risco de ser capturado?

J.M. — Fui normal e tranquilamente, sob protecção desse diplomata.

EXP. — Você é acusado pelo vice-ministro de ter recebido da UNITA 250 mil dólares para contar esta história...

J.M. — Nunca aceitaria dinheiro da UNITA, nem a UNITA viria ter comigo. Desafio o vice-ministro a provar quando, onde e como recebi os 250 mil dólares.

EXP. — Mas é verdade que teve contactos com a UNITA depois de sair de Luanda.

J.M. — Sempre tive contactos com a UNITA ao de leve, tenho amigos lá.

EXP. — E porque é que resolve contar esta história?

J.M. — O que tentei fazer em Angola chegou ao fim. Foi feito pelo Governo português, com os Acordos de Bicesse.

EXP. — Mas um agente de informações, em princípio, não conta o que sabe...

J.M. — Não se pode aceitar tentativas de derrube da democracia, deste género, com atentados. Não é de um serviço de informação, é de um serviço de matadouro de gado. Depois, quero fazer ver ao general José Maria que estou vivo e que o tiro lhe saiu pela culatra. De qualquer modo, vai haver muita confusão em Angola depois das eleições. E não se sabe se vamos chegar às eleições. Tanto assim é que o general José Maria tem cá os filhos.

EXP. — E que razões há para acreditar que o que você diz é verdade?

J.M. — Façam isto como uma história de ficção, se quiserem. O certo é que não há fumo sem fogo. Fui, de facto, um elemento importante dentro do MPLA. Sacrifico parte da minha, digamos, clandestinidade por uma coisa justa. O povo angolano não pode merecer mais o que tem

estado a ter. Processos destes são primários, do tempo do paleolítico.

EXP. — A verdade é que depois da dissidência na UNITA o seu caso surge como providencial para a organização.

J.M. — A UNITA não foi contactada para isto. Nunca tive patrões em Angola. Sempre recebi pela presidência da República. O meu patrão nunca se chamou Erlinguer.

EXP. — Quem é Erlinguer?

J.M. — Pergunte aos angolanos, que sabem quem é.

EXP. — A CCPM concluiu que não conhece provas de atentado...

J.M. — É evidente.

EXP. — Sente-se seguro? Se isto é verdade, corre perigo de vida.

J.M. — Tenho a certeza de que o general José Maria não irá fazer nada.

Oposição não acredita no PAIGC

A OPOSIÇÃO guineense desconfia das intenções do PAIGC e encara, por isso mesmo, a hipótese de "novas formas de luta", que poderão tomar a feição de reivindicações públicas, indo até à criação de um Governo alternativo.

Os seis partidos da Oposição que integram o "Forum Democrático" exigiram que o executivo presidido por "Nino" Vieira, e que tem por primeiro-ministro Carlos Correia, se assumia unicamente como um Governo de gestão, para não comprometer o país.

Mas esta e outras propostas, como a que preconiza a criação de uma comissão nacional multipartidária, não obtiveram ainda qualquer resposta. Djibril Baldé, da direcção da Frente

democrática Social (PDS) e portavoz do Forum Democrático, declarou ao PÚBLICO que o PAIGC, ao contrário do que pretende a Oposição, tem vindo a adiar o diálogo, ao mesmo tempo que reforça o seu poder: "Estão a reforçar a polícia política, em homens e material, tendo recentemente recebido um grande carregamento de balas de borracha e organizado um curso especial para 80 mulheres que pretendem infiltrar nas fileiras da Oposição".

Os desencontros com o PAIGC obrigam a Oposição a uma maior concertação entre si e ao alargamento do seu espaço de concertação. Na semana passada aderiram ao Forum a Frente de Luta para a Independência Nacional da Guiné (FLING), liderada por François Kankola, e a Frente Democrática (FD), de Aristides Menezes.

Outras forças em vias de legalização, o Partido Democrático do Progresso (PDP), do advoga-

gado Amin Saad, o Partido para a Renovação e Desenvolvimento (PRD), composto maioritariamente por antigos elementos do "Movimento dos 121" (dissidentes do PAIGC), e o Movimento para a Unidade e Democracia (MUDE), de Filinto Vaz Martins, têm participado em algumas actividades e já anunciaram o seu desejo de aderir ao Forum.

A comissão permanente do Forum está a preparar a próxima cimeira dos seus líderes, que irá proclamar "as novas formas de luta" que, segundo o portavoz, poderão incluir marchas de rua, greves e, até, a criação de um Governo alternativo.

Ponte para a Democracia

Os diferentes partidos têm todavia deixado claro que não pretendem desestabilizar o país, razão pela qual propuseram ao Chefe de Estado e ao Parlamen-

to a criação de uma comissão nacional multipartidária, "que seria a ponte para a Democracia".

Quanto à convocatória de uma Conferência Nacional, o nosso interlocutor explicou não se tratar de uma prioridade mas sim de uma última hipótese de diálogo, caso o PAIGC venha a bloquear o funcionamento das instituições que ele próprio criou. Mas se o Poder der luz verde ao diálogo inter-partidário, o Forum conta apresentar de imediato um pacote de cinco projectos: revisão constitucional; lei eleitoral; regulamento e estatutos da comissão multipartidária; acesso aos órgãos de Comunicação Social e extinção da polícia política.

O PAIGC, no entanto, tem outra visão da realidade. Diz que há diálogo e que a democratização é irreversível. O seu Conselho Nacional formalizou ao Parlamento a proposta de realização das eleições presidenciais em 15 de Novembro e das legis-

lativas em 13 de Dezembro. Aqui reside outro ponto de discordância, pois toda a Oposição pretende primeiro as legislativas e só depois as presidenciais. Decididamente, são leituras e posicionamentos diferentes num processo que ameaça a calma relativa que esta antiga colónia portuguesa conhece desde o reconhecimento da sua independência, em 1974, em contraste com os conflitos ocorridos em Angola e Moçambique.

O antigo primeiro-ministro Vitor Saúde Maria, líder do Partido Unido Social Democrata (PUSD), considerado um moderado, deu o mote num encontro com jornalistas, dizendo que a Oposição começa a perder a paciência, porque o PAIGC continua a agir como se ainda fosse a força política dirigente da sociedade: "Se for necessário vamos à rua, que venham os tanques e canhões, nós queremos Democracia".

José Artur Silva, em B.

Guiné-Bissau com BM

UMA MISSÃO do Banco Mundial e do FMI inicia amanhã uma ronda de conversações com o Governo da Guiné-Bissau, decisiva para determinar a solvabilidade internacional do país e o futuro do processo de mudanças políticas. A Guiné-Bissau tem neste momento uma dívida acumulada de 556 milhões de dólares, correspondente a quase o dobro do PIB e equivalente a 27 vezes o total das receitas anuais de exportações de bens e serviços.

As conversações que amanhã se iniciam terão como objecto o exame de um relatório do Governo guineense respeitante às receitas arrecadadas pelo Tesouro, à execução orçamental, à situação cambial e à inflação, entre outros itens, que incluem a recuperação de 2,3 mil milhões de pesos guineenses de empréstimos a privados desde o início do processo de liberalização da economia.

Já no segundo semestre de 1991, o Banco Mundial suspendera a sua contribuição para o Programa de Reajustamento Estrutural daquele país, por considerar inadequada a execução da política financeira. O BM exige que em 1992 a Guiné-Bissau seja capaz de cumprir o serviço da dívida multilateral, manter a inflação a uma taxa de 30 por cento e efectuar a unificação dos mercados cambiais.

Face à não regularização das suas dívidas a Portugal, no valor de 630 mil contos, Cavaco Silva ameaçou também recentemente suspender o Acordo de Arranjo Monetário assinado aquando da sua visita oficial a Bissau. «Nino» Vieira teria então pedido a Mário Soares que pressionasse o Governo a voltar atrás com essa decisão.

EXPRESSO, SÁBADO 4 DE JULHO DE 1992 Manuel Delgado, em Fuhad Baldé, em Bissau

Estrangeiros em visita

PÚBLICO
8 JULHO 1992

Setúbal colabora com Moçambique

A evolução geral das infraestruturas portuárias e da modernização da estrutura da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS) foram constatadas pelo director geral dos portos e caminhos de ferro de Moçambique, Mário Dimande, que visitou quarta-feira o porto de Setúbal.

O responsável moçambicano espera ter acesso à experiência portuguesa, útil para a gestão futura dos portos moçambicanos, que precisam de serem viáveis. Mário Dimande ficou admirado com o esquema de funcionamento do porto, bem como os métodos de gestão do cais das Fontainhas e dos cais licenciados, depois de explicados pelo administrador Orlan-

do Valadas e pelo director de operações portuárias, Arnaldo Noronha.

...e França apoia terminal do gás

Também uma delegação do porto francês de Nantes/Saint Nazaire esteve de visita ao porto de Setúbal, para obterem uma panorâmica global do seu desenvolvimento, nomeadamente da instalação do futuro terminal de recepção do gás natural liquefeito, na Península de Mitrena, que visitaram. Esta troca de experiência é mutuamente vantajosa, dado que em Saint Nazaire localiza-se um dos principais terminais de gás natural franceses. ■ P.V.

PÚBLICO
QUINTA-FEIRA, 3 JULHO 1992

Tertir em Moçambique

A SOCIEDADE para gerir o primeiro terminal rodoviário de mercadorias moçambicano é constituída este mês e integra a empresa portuguesa Tertir-Terminais de Portugal e a CFM - Empresa Nacional de Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique. A notícia foi dada ontem, no Porto, por ocasião da visita a Portugal do director-geral da CFM, Mário António Dimande, a convite da administração da Tertir. O vice-presidente da Tertir, Gonçalves Martins referiu que a nova sociedade, designada por Terminal, terá um capital de cerca de 320 mil contos, repartidos em partes iguais pelas duas empresas. O novo terminal rodoviário será instalado na actual estação de carga e mercadorias de Mahotas, em Maputo, numa área de 147 mil metros quadrados, funcionando em "interface" com os caminhos de ferro. ■

Chegam ao fim dois anos de impasse

PÚBLICO
6 JULHO 1992

P. 11, 11.11.92

Mugabe com Dhlakama

O PRESIDENTE do Zimbabué e do grupo de países da Linha da Frente, Robert Mugabe, anunciou que se reúne hoje no Botswana com o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, a fim de tentar procurar soluções para a guerra que há 15 anos se arrasta em Moçambique. Trata-se da segunda reunião entre as duas figuras e verifica-se um dia depois de em Roma ter havido mais uma sessão plenária dentre delegações da Renamo e do Governo moçambicano. O Zimbabué tem milhares de militares em Moçambique, a fim de garantirem a segurança dos "corredores" da Beira e do Limpopo, e a sua retirada tem sido repetidas vezes exigida pelo movimento de Afonso Dhlakama. ■

Vera Gonçalves,
em Roma*

O líder da Renamo afirma-se disposto a um cessar-fogo imediato, mas em Roma completam-se esta semana dois anos de arrastadas e pouco proveitosas conversações sobre as possibilidades de paz em Moçambique. Talvez que a ajuda de Portugal, do Zimbabwe e de outros países possa ser mais preciosa do que o contributo italiano.

Esta semana, dois anos depois de terem iniciado as conversações de Roma, as delegações do Governo moçambicano e da Renamo devem começar finalmente a tratar de maneira mais decisiva as questões militares que se encontram na ordem de trabalhos da décima primeira ronda.

Na sexta-feira, os chefes das duas delegações, Armando Guebuza e Raul Domingos, participaram em mais uma reunião plenária na comunidade católica de Santo Egidio, onde os encontros decorrem desde Julho de 1990, até agora sem grande resultado.

Outra reunião foi convocada para hoje; e espera-se que sejam constituídos grupos de trabalho especificamente para tratar das questões militares.

Depois de mais de uma semana de impasse sobre a activi-

dade da Comissão de Verificação dos acordos parciais estabelecidos para os "corredores" da Beira e do Limpopo (Comive), os medianeiros encontraram uma maneira de superar o problema colocado pela Renamo.

Em carta enviada à presidência da Comissão, os medianeiros pedem que sejam inspeccionados possíveis desrespeitos aos acordos parciais de cessar-fogo estabelecidos no fim de 1990. E entre as acusações da Renamo consta a de que o Governo estaria a utilizar as linhas ferroviá-

rias e rodoviárias dos corredores da Beira e do Limpopo, respectivamente no Centro e no Sul do país, para fins militares.

Como já tinha acontecido na segunda ronda das negociações, em Agosto de há dois anos, a Renamo mais uma vez condicionou o avanço do diálogo à retirada das tropas do Zimbabwe, há mais de 10 anos estacionadas em Moçambique.

Através dos portos moçambicanos, o Zimbabwe realiza grande parte das suas importações e exportações, pelo que pos-

sui grande interesse no bom funcionamento das vias férreas e das estradas que conduzem àqueles portos.

Na última sexta-feira, o novo ministro italiano das Relações Exteriores, Enzo Scotti, que substituiu Gianni De Michelis, participou em parte da reunião plenária. E fez questão de afirmar que o facto de Mario Raffaeli (até agora coordenador da mediação) ter deixado de ser vice-ministro não deve alterar o interesse da Itália em obter, o mais depressa possível, avanços que

permitam um acordo definitivo para a paz em Moçambique.

No entanto, na prática, ainda não é claro qual será o futuro dos italianos nestas negociações (que já estão a demorar o dobro do tempo que foi necessário à mediação portuguesa para conseguir um acordo que estabeleceu a paz em Angola).

Enquanto isto, os observadores de Portugal e de outros países, mesmo de maneira informal, já estão a participar nas discussões militares através de longas conversas com os líderes das

duas delegações. Numa altura de indefinição da parte italiana, mostra-se extremamente importante a actuação de portugueses, norte-americanos, franceses e britânicos, susceptíveis de darem um novo dinamismo ao processo de paz.

Dhlakama dialoga

O chefe da Renamo, Afonso Dhlakama, declarou-se entretanto disposto a um cessar-fogo "imediato" se obtiver garantias de que nenhuma represália será exercida pelo Governo moçambicano contra as suas tropas.

"Podemos, entre irmãos, encontrar uma solução, porque esta guerra é nefasta para Moçambique e para toda a região" — afirmou Dhlakama, numa conferência de imprensa dada na capital do Botswana depois uma reunião com os presidentes desse país, Quett Masire, e do Zimbabwe, Robert Mugabe.

O director da multinacional britânica Lonrho, Tiry Rowland, que possui numerosos interesses na África, esteve igualmente presente.

Segundo a Ziana, Mugabe considerou "muito construtiva" a atitude do comandante da guerrilha e indicou que informará o Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, dos resultados das conversações. E disse ainda que Dhlakama aceitou que o actual Governo continue no poder até à realização de eleições, ao mesmo tempo que admitiu a transformação da Renamo em partido político. ■

*Com agências

LUIS VASCONCELOS



A juventude estropiada tem sido uma das numerosas consequências da longa guerra moçambicana

TRAZEMOS UMA NOVA PROPOSTA DE ABORDAGEM DOS PROBLEMAS NACIONAIS

— opinião do Núcleo Coordenador do Partido de Convenção Nacional, quando falava à Reportagem do *domingo*

A Frelimo ainda não mudou

— Da leitura do Jornal «Domingo» gostaríamos de saber o que é PCN, por que é que surge, quais são os seus princípios e ideais. Pode-se saber?

Lutero Simango — Sim, certamente. O PCN não surge mas sim ressurge. O PCN significa Partido de Convenção Nacional de Moçambique, o PCN é um partido político que acredita num Moçambique democrático e desenvolvido onde a população moçambicana possa expressar suas opiniões e ideias e contribuir activamente no processo de reconstrução do país e do próprio homem moçambicano. Os nossos princípios básicos são:

- Lutar pela paz e democracia, encorajando o diálogo, condição necessária para que as eleições se efectuam com campanhas políticas sem intimidação, sem parcialidade, sem desonestidade, sem incitamento ao ódio e violência.
- Lutar pela libertação incondicional de todos os presos políticos, pelo regresso e bem-estar de todos os deslocados e exilados, assim como combater a existência de campos de reeducação ou concentração.
- Lutar pelo respeito dos direitos humanos, das opiniões, das tradições e de outros valores culturais das populações de Moçambique.
- Lutar pela unidade nacional e personalidade moçambicana, combatendo todas as manifestações de nepotismo, tribalismo, regionalismo e racismo.
- Lutar pelo desenvolvimento sócio-económico e libertação de Moçambique, de modo a proporcionar bem-estar a todas as camadas sociais.

- Porque o objectivo do PCN ultrapassa a generalidade formal de liberdade e segurança para os indivíduos, o PCN espera a uma sociedade mais justa onde os indivíduos possam ser igualmente tratados, eliminando todo tipo de discriminação.
- OPCN considerará urgente e necessário trabalhar:
- 1 — Pela reconciliação e unidade de todos os moçambicanos de modo a participarem activa, responsável e plenamente na reconstrução nacional.
 - 2 — Pela criação dum sistema de governação que dê amplas garantias de democratização de liberdades, à segurança, à saúde, à habitação, ao ensino, à informação e ao emprego.
 - 3 — Pela revalorização social da família.
 - 4 — Pela liberdade de pensamento e de expressão.
 - 5 — Pela criação de condições que permitam à juventude tomar o lugar a que a sua responsabilidade perante o futuro do país.
 - 6 — Pelos direitos da mulher na vida comunitária.
 - 7 — Por um sindicalismo forte e independente que defenda eficazmente os interesses dos trabalhadores.
- A política do PCN visa introduzir mudanças reais na esfera política e económica, criando um Governo forte, estável e sujeito a um controlo e fiscalização eficientes por uma Assembleia da República democraticamente eleita que deverá ter poderes suficientes para que a representatividade do eleitorado não seja objecto de manipulações. OPCN acredita que essas mudanças irão introduzir novas

relações de trabalho ao nível da governação assentes na responsabilidade, honestidade, eficiência e competência, quebrando restrições, rompendo condicionamentos e garantindo uma política governamental assente nas aspirações e necessidades de toda a população moçambicana.

Para que as mudanças se efectuem com eficiência, legalidade e espírito de reconciliação nacional trabalharemos para:

- O regresso dos exilados e refugiados.
- A criação de uma plataforma que

ressurgimos como uma Convenção Nacional.

Isidoro Chire — Digamos, durante muito tempo, em Moçambique houve pessoas de várias ideias mas, devido ao regime ditatorial que existia em Moçambique, as pessoas não podiam expor as suas ideias. Havia poucas alternativas: ou fugir-se ao estrangeiro, onde podiam expressar livremente as suas ideias (e muitas vezes eram obrigadas a pegar em armas e voltar para aqui), ou então, ficavam aqui dentro caladas. Então, quando nós falamos do ressurgimento do PCN, queremos dizer

continua a controlar as ideias, nenhum partido tem capacidade de ir às aldeias fazer sua campanha, nenhum.

— Mas a Frelimo faz isso através dos seus militantes...

Isidoro Chire — Está bem, mas a Frelimo tem uma estrutura administrativa montada, e se quer mudar tem que desmontar esta estrutura administrativa, pois trata-se de uma estrutura que funciona com o dinheiro do Estado, e não do Partido Frelimo. E preciso desmontar essa estrutura e criar condições para que os outros partidos tenham um pouco de espaço de penetração, um pouco de

ainda não há condições para os partidos convergentes desenvolverem uma actividade política independente, uma actividade política, digamos, real. Estamos aqui a fingir, estamos aqui a fazer uma representação teatral da democracia, não há democracia real em Moçambique, o Partido Frelimo continua a controlar a situação, continua com os cordões na mão, é o Partido Frelimo que domina a situação, que controla as coisas. E preciso que o partido Frelimo saiba distinguir o que do Estado e o que é o Partido. Eu nunca sei quando é que o Presidente Chissano toma como Presidente do Partido Frelimo e quando é que atua como Presidente de Estado, eu nunca sei quando é que o Presidente Chissano vai a Nampula, vai a Tlaxi, vai como Presidente do Partido, porque os discursos que faz confundem-se. Eu nunca sei quando é que ele fala como Presidente do Estado e quando é que fala como Presidente do Partido. É necessário que ele saiba distinguir isso, e se estou a dizer de que nunca vai saber distinguir isso...

— Enquanto for Presidente do Partido Frelimo...

Isidoro Chire — Ele vai ser sempre Presidente do Partido Frelimo, aliado muito que ele venha a deixar isto já. Ele, praticamente, está a usar a posição de Presidente do Estado para promover o partido. Um exemplo disso é a moeda, isso é uma questão pública e não do PCN. Muita gente questiona-se por que é que o Presidente Chissano aparece na nota, na nota de dez mil meticals. O que é que ele faz hoje para merecer aparecer numa nota, o que é que o Chissano faz? O Presidente Chissano subiu em 86, numa altura em que não precisava mudanças para Moçambique mas ele agora não completou, se há algum trabalho que o Presidente tem que fazer ele ainda não completou esse trabalho, ainda está no meio. O que está-se a verificar desde a subida do Presidente Chissano é o aumento de corrupção no país, o aumento dos «Dumba-nangus». Até hoje não há paz, aqui faz o Presidente quando sobiu?

— Ache que o Presidente Chissano abriu um espaço mais democrático que nos permitiu mais realizar estas entrevistas com vocês...

Isidoro Chire — Isso é teórico, talvez teoricamente criou esse espaço. O ponto é que não é a Frelimo que deve decidir quem é que deve aparecer numa nota. Nestas fase de mudanças a Frelimo deveria ponderar um pouco e ver que isso aí é uma forma de impedir as mudanças. Não é a Frelimo quem decide quem é o herói nacional, porque uma pessoa que aparece na moeda, digamos, é herói nacional. E o povo moçambicano que decide quem deve aparecer na moeda, não é a Frelimo, não é um partido, porque se não nós subimos amanhã, elegemos um Presidente do PCN e logo criamos uma nota de vinte mil meticals onde ele aparece e, outro, um outro partido ganha eleições e introduz uma nota de trinta mil meticals, e nunca saímos desta. Para nós, aquelas notas foram impressas para fins de campanha eleitoral do Partido Frelimo. Se far a ver bem, há de reparar que aquelas notas nunca andam mais lá nos distritos do que cá na cidade. Quantas notas novas o senhor já viu cá na cidade? Muito poucas porque o grosso delas andam lá no campo, onde a lógica do há-de ser «Chissano no dinheiro, Chissano dono do dinheiro, portanto, vamos chegar a ele porque ele é dono do dinheiro, é ele que nos vai ajudar».



permite um constante debate sobre as grandes questões.

— Encorajar o sector privado, organizações não governamentais nacionais e estrangeiras, confissões religiosas e outros organismos sócio-económicos para investir no ensino, na saúde, na agricultura e no apoio ao regresso dos deslocados às suas origens.

— Criar uma política específica que acabe com a marginalização social da juventude.

O PCN tem a consciência de que somente com a participação voluntária e activa de todos os moçambicanos neste grande desafio será possível fazer de Moçambique um país do qual nos possamos orgulhar. Assim, o PCN espera que a grande família moçambicana se junte numa verdadeira «Convenção Nacional».

— Disse há pouco que o PCN não surge agora mas sim ressurge porque ele encarna uma ideia, um sentimento que já existe dentro de cada um dos habitantes de Moçambique. Ora, quem impedia a manifestação desse sentimento?

Lutero Simango — Era o próprio sistema que existia, o sistema monopartidário. Nesse sistema, para além das pessoas que se juntavam ao Partido no poder, havia outros partidos que, por não concordar com o Partido no poder não tinham outra maneira de se manifestarem senão ficar calados. Não podiam dar a sua contribuição porque havia uma barreira política. Hoje, com essa barreira eliminada, é natural que as pessoas se manifestem livremente. Assim, nós

que em Moçambique sempre existiram pessoas com os ideais iguais aos do PCN, pessoas que sempre discutiram os problemas internos, sempre formaram um grupo mas não havia esta plataforma que é a abertura de formar partido. E como não havia essa plataforma, nós sempre ficamos discutindo, analisando o que se passava e o que se podia fazer mas não podíamos contribuir para a alteração da situação, sob o perigo de termos chamados reacçãoistas, e quando surge esta pequena abertura, então ressurgimos. Pequena abertura, porque ainda não há abertura real e completa. A Frelimo está a fazer que muda mas na prática nada mudou. A Frelimo ainda não mudou, temos que aceitar isso.

— Pode provar essa afirmação de que a Frelimo ainda não mudou?

Isidoro Chire — Penso e digo que a Frelimo ainda não mudou porque nós temos ido aos distritos e nos distritos, pura e simplesmente não mudou nada. A Frelimo mantém a sua estrutura, a Frelimo continua a fazer o trabalho ideológico como faz sempre, a Frelimo continua a controlar o Esérola, continua com os grupos dinamizadores nos bairros, continua com os células do Partido nas empresas. Não nos deixamos levar por aquilo que se passa nas cidades, a mudança política em Moçambique não se fará nas cidades, e a Frelimo tem a consciência de que não é nas cidades onde vai ganhar as eleições, vai ganhar no campo. Então, nós temos que mudar o apoio de Frelimo por aquilo que se passa em Moçambique como um todo. A Frelimo tem células do Partido até à aldeia,

espaço para fazer trabalho político.

Por exemplo, o Partido no poder, agora está no Congresso, veja a acção: fecha praticamente toda a Avenida 24 de Julho por causa do seu Congresso. Imagina que nós amanhã queremos realizar o nosso Congresso, a Frelimo há-de autorizar que fechemos a Avenida Mateus Sambo Muthemba? E imagine ainda que houvesse, numa assentada, cinco congressos de cinco partidos políticos diferentes ao mesmo tempo, e cada um requeresse o encerramento da avenida onde se reúne, então Maputo ficava sem tráfego. A vida a parar para se reunir nos congressos. É o que está a fazer, é o que está a ensinar a Frelimo agora com o seu Congresso.

Lutero Simango — De facto, esta questão leva-nos a lutar da necessidade urgente em separar-se o poder partidário do poder estatal, como condição para que as mudanças se efectuem com eficiência. O nosso desejo é ver materializada a ideia que a própria Frelimo tem de separar o Partido do Estado. Mas deve-se materializar com factos e não com imaginações. Essa é a preocupação de todos os homens de boa vontade em Moçambique, aqueles que gostariam de ver, na prática, a materialização das promessas políticas do Partido que está no poder.

— Portanto, estão a dizer que há dificuldades para uma total democratização do país, estão a dizer que as mudanças ainda não são efectivas, é isso que estão a dizer?

Isidoro Chire — Sim, estamos a dizer que em Moçambique

MOCIMBOU, 1991. A oposição política surge pela primeira vez desde que Moçambique é país. Fala isto Acusa-nos, não dá jeito com direito. Diz que temos Instrumentos do Partido no Poder. Por seu turno, alguns dirigentes do Partido no Poder estavam-nos. Dizem que se queremos beneficiar a oposição e ignoramos as relevantes actividades políticas desenvolvidas pelos milhares de militantes do Partido Frelimo do Novum ao Maputo. A oposição acredita que se informamos aquilo que o Partido no Poder manda informar. Que não fazemos comunicação social, está fazendo propaganda do Partido no Poder. Por seu turno, o Partido no Poder observe que alguns jornalistas estão nas redacções mas ao serviço dos partidos emergentes. Que esses jornalistas até já pareciam que se esqueceram de que chegaram ao jornalismo pela mão do Partido Frelimo. Portanto, o cenário das lutas políticas de luta verbal sobre quem é quem, bem como a procura incessante de "bodes expiatórios" está, simplesmente, no seu início e promete prolongar-se e alargar-se à medida em que a democracia neste terra começa a ser uma realidade idiossincrática.

Nota-se, a determinada medida das acusações, de parte a parte, que se preconhecem, as conotações é que determinam a natureza de tais argumentos e contra-argumentos. Quer dizer, a democracia, a verdadeira democracia, há-de implicar neste terra o rearranjo mental de todos nós, sobretudo daqueles que ao seu fim e ao fim de opinar e decidir sobre questões de âmbito nacional. Isto é, a democracia há-de ser qualquer coisa incompatível com as análises preconcebidas, análises de uma realidade, de uma situação sempre com base "na nossa experiência". A democracia há-de exigir maior elaboração intelectual, honestidade e modestia. Há-de exigir maior coexistência de opiniões divergentes, maior tolerância política e, sobretudo, maior espírito patriótico, isto é, o espírito de que entre nós moçambicanos, ninguém fica mais moçambicano por se situar próximo do Poder, por imitar, muitas vezes cegamente, aquilo que o Poder "dizer". Seremos todos moçambicanos, desde que o sejamos de facto, mesmo que as nossas ideias não sejam as mais brilhantes, as mais bem aceites pelos círculos mais restritos do Poder.

Exército sob suspeita no massacre de Boipatong De Klerk acusa ANC de querer tomar o poder

PUBLICO
SEXTA-FEIRA, 3 JULHO 1992

6000 mortos nos "ghettos"

ENQUANTO SE avolumam as suspeitas sobre a cumplicidade das forças de segurança no massacre da Baipatong, o Presidente De Klerk acusou ontem o ANC de querer conquistar o poder e apelou à reabertura das negociações.

Numa mensagem pela rádio, o Presidente Frederik de Klerk acusou o Congresso Nacional Africano (ANC), de Nelson Mandela, de estar à procura de "razões para romper as negociações e criar uma crise artificial (...) tudo isto porque ele e os seus aliados (...) decidiram que era altura de tomar o poder". Advertiu: "Isto não será tolerado". Especificou que a campanha de acção de massas lançada pelo ANC, e que culminará numa greve geral, se destinava "a derrubar o Governo pela coerção".

Noutro ponto do discurso, pediu a Mandela e ao líder do Inkatha, Mangosuthu Buthelezi, que se reunissem com ele, "o mais rapidamente possível", numa cimeira para discutir as "questões fundamentais". Concluiu com um apelo à calma e à "cabeça fria", para evitar que o país se torne ingovernável.

De Klerk respondia às exigências recentemente feitas pelo ANC, no sentido da imediata criação de um governo provisório, da convocação de eleições para uma assembleia constituinte e de uma série de medidas para pôr termo à violência nas "township" negras.

Pouco antes do discurso, Nelson Mandela insistira no envio de forças de paz das Nações Unidas para a África do Sul. O secretário-geral da ONU, Butros-Ghali, que se encontrou com Mandela à margem da recente cimeira da OUA, admitiu que tinham aumentado as hipóteses de uma intervenção internacional na África do Sul.

Exército sob suspeita

Soldados sul-africanos encontravam-se nas proximidades de Boipatong no momento em que se desenrolava o massacre em que foram mortas 45 pessoas, mas não tentaram intervir por serem pouco numerosos, revelou ontem em Pretória, perante uma comissão judicial de inquérito, um oficial das Forças de Defesa Sul-Africanas (SADF).

O oficial, o major Pieter van Wilk, citado pela rádio independente 702, afirmou que o tiroteio foi tão violento que

a patrulha que ele comandava se teve de abrigar por trás de rochas. Um homem ferido pediu aos soldados que intervissem, mas estes recusaram por estar em "inferioridade numérica".

Van Wilk admitiu ainda um facto mais explosivo: uma segunda patrulha do Exército interrompeu a circulação numa estrada vizinha para dar passagem a um grupo de 80 a 300 zulus, armados de lanças, vindos de Boipatong e que se dirigiam para o vizinho albergue ("hostel") de trabalhadores imigrantes de Kwamadala.

Também ontem, a polícia sul-africana responsabilizou os residentes do referido "hostel" pelo massacre que levou o ANC a interromper as conversações com o Governo da minoria branca. Os trabalhadores acusados pela polícia são considerados simpatizantes do grupo zulu Inkatha, rival do ANC, e pretendiam ajustar contas com uma "unidade de autodefesa do ANC". Não a encontrando, decidiram atacar os habitantes do bairro de lata "Joe Slovo" (nome do ex-líder dos comunistas sul-africanos) e um bairro limítrofe, informou o major Christo Davidson, o oficial encarregado do inquérito.

No entanto, a polícia sublinhou que não existem quaisquer provas de que o Inkatha esteja directamente relacionado com o massacre.

Christo Davidson, afirmou que a rivalidade política entre o Inkatha e o ANC é a principal causa do pior massacre dos últimos tempos. Mas deixou claro que não foram encontradas provas das acusações do ANC relativas ao envolvimento da polícia no ataque, apesar dos testemunhos prestados por dois polícias negros. De acordo com os depoimentos destas duas testemunhas, os ocupantes da residência tinham sido transportados até às imediações de Boipatong em veículos policiais.

Tanto o ANC como os habitantes de Boipatong afirmam que a polícia entrou no bairro horas antes do massacre e prendeu membros das unidades de auto-defesa, que tinham sido informadas da possibilidade do ataque e se preparavam para reagir. Quando os atacantes entraram no bairro, não havia ninguém para o defender.

A violência, entretanto, continua. Só entre a noite de quarta-feira e a manhã de ontem sete pessoas morreram e

A VIOLÊNCIA dos últimos dois anos e meio na África do Sul já matou pelo menos 6000 pessoas e não há qualquer solução à vista para esta carnificina que se arrasta nas zonas suburbanas predominantemente habitadas por negros.

A polícia encontrou ontem de manhã cinco pessoas mortas a tiro numa rua da localidade de Vosloorus, perto de Joanesburgo, e seis foram vítimas de uma emboscada perto de Durban, o que elevou a 17 o número de mortes conhecidas desde sexta-feira à noite.

As vítimas de Vosloorus eram quatro homens e uma mulher que tinham sido abatidos, cada um deles, com um tiro na cabeça; e não apresentavam qualquer identificação. A polícia investiga a hipótese de terem sido executados por adversários políticos e depois ali lançados.

Foi assim, com estas mortes constantes, dezenas por semana, que se chegou ao número de 6000 desde Fevereiro de 1990, data em que o Presidente Frederik de Klerk tirou da clandestinidade o Congresso Nacional Africano (ANC) e libertou da cadeia o respectivo chefe, Nelson Mandela.

A propaganda oficial diz que as mortes são essencialmente uma sequência do conflito entre o ANC, de tendência socializante, e o Partido Inkatha, conservador. Mas os homens de Mandela respondem que a polícia e outros quadros brancos é que fomentam as animosidades entre o Inkatha, de Mangosuthu Buthelezi, e o ANC.

Transição difícilima

É no meio de tais contradições que a violência se perpetua, enquanto o ANC e outros grupos representativos da maioria negra da população sul-africana exigem que os brancos deixem de ter, finalmente, o monopólio do poder.

O Partido Nacional, do Presidente De Klerk, responde-lhes que a maioria poderá de facto vir em breve a participar nas tarefas

PUBLICO
SEGUNDA-FEIRA, 6 JULHO 1992

governativas, mas que é necessário garantir constitucionalmente os direitos das minorias.

Depois de durante os primeiros meses deste ano se ter pensado que tudo estava muito bem encaminhado e que as diferentes posições se iriam encaminhar para um conflito, chegou-se à conclusão de que as duas partes principais (Partido Nacional e ANC) estavam afinal muito mais entrincheiradas nos seus princípios do que se queria acreditar. De modo que tudo se complicou, com uma profunda teimosia de parte a parte.

O frente-a-frente está a ser particularmente dramático e não se cre agora que possa ser facilmente ultrapassado durante as próximas semanas, embora seja de crer que, por fim, dentro de mais um mês ou dois, De Klerk e Mandela — com a provável participação de Buthelezi — se sentem novamente a uma mesa e comecem a estudar a forma de se sair de tão dramática situação.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas deverá reunir-se em breve para debater este assunto, sendo de crer que outras instâncias internacionais também vão fazer pressão sobre os diferentes parceiros sul-africanos para que se evite o pior.

O ANC pretende que, como na generalidade dos países, um movimento político maioritário — desde que obtenha qualquer coisa como 50 ou 51 por cento dos votos dos cidadãos — tenha todo o direito a formar Governo, só por si ou com os parceiros que melhor entender. Mas a isto responde o Partido Nacional que a África do Sul é um caso muito especial e que, para garantia da estabilidade, deverá haver um Governo de base muito ampla, em que estejam claramente representados os grupos minoritários, como é o caso da comunidade branca.

A atitude do movimento liderado por Nelson Mandela é compreensível à luz dos princípios normalmente aceites em muitos outros lados, dos Estados Unidos ao Japão. No entanto, a posição do Partido Nacional também se poderá entender, dado o profundo receio de que cinco milhões de brancos possam ser colocados inteiramente à margem de todas as instâncias do poder e fiquem sem se poder defender, na sua vida familiar e profissional. ■

Jorge Heitor

oito ficaram feridas na sequência de ataques a comboios. Dados fornecidos pela polícia revelam ainda que um homem foi queimado vivo na região de Joanesburgo. ■

Salvar a África do Sul

sem exigidas reparações pelos estragos causados durante a Guerra do Golfo. ■
*com Steven Lang, em Dacar

Jorge Heitor*

A profunda crise que a República da África do Sul está a atravessar domina a vigésima oitava cimeira da OUA, presentemente realizada em Dacar. E o líder do ANC é uma das vedetas da reunião, enquanto em Boipatong se defende a queda do presidente De Klerk à margem de uma reunião que parece reduzida.

O Congresso dos Sul-Africanos (Cosatu) ameaçou ontem largas protestos de rua — a que chamaria milhões de pessoas — para obrigar o Presidente Frederik de Klerk a demitir-se, devido à matança de Boipatong, ocorrida no dia 17 deste mês e que agudizou os profundos conflitos do país.

“Queremos de imediato um Governo de maioria” — disse o secretário-geral do Cosatu, Jay Naidoo, durante o funeral de 37 das vítimas daquele incidente, cerimónia que reuniu mais de 20.000 sul-africanos e que coincidiu com o início, no Senegal, da cimeira anual da Organização de Unidade Africana (OUA).

“De Klerk deve partir” — gritava ontem a multidão em Boipatong, enquanto acenava dísticos em que se lia “De Klerk, fora!”.

Foi a primeira vez que o chefe de uma grande organização aliada do Congresso Nacional Africano (ANC) pediu a cabeça do Presidente da República, que tem vindo desde há perto de três anos a dirigir o processo de transição de um regime de apartheid — condenado por todo o mundo — para uma sociedade mais justa.

Mais tarde, o secretário-geral do ANC, Cyril Ramaphosa, também defendeu a demissão do Presidente, que considerou “incompetente e inútil”.

Segundo Ramaphosa, o próprio Chefe do Estado teria admitido o mês passado a Mandela que não consegue controlar a polícia, dominada por brancos (muitas vezes com posições de extrema-direita).

Dirigentes religiosos citados pela agência Reuter disseram que o Governo minoritário

do Partido Nacional tem agora duas semanas para actuar e acabar com a violência no país, se não quiser sujeitar-se a uma nova campanha de isolamento internacional.

O ANC alegou que a matança de Boipatong foi feita por elementos do Partido Inkatha, com cobertura da polícia; e por isso cortou todo o diálogo que estava a efectuar com as autoridades para que se constituísse em breve um Governo de Transição, representativo das diferentes correntes políticas e dos diversos grupos étnicos.

As confissões religiosas reunidas no Conselho das Igrejas tencionam enviar representantes a todo o Mundo, a pedir novas pressões sobre Pretória, se até 15 de Julho o regime de Frederik de Klerk não for capaz de acabar com o assassinato de negros.

Está assim lançada uma profunda sombra sobre o optimismo que há alguns meses havia na comunidade internacional quanto à transição relativamente pacífica que estaria a começar na África do Sul, sob a égide de um Presidente que é muito mais popular no estrangeiro do que na própria Pátria.

Na reunião do Conselho de Ministros da OUA, que domingo à noite terminou em Dacar, antes de principiar a Cimeira, o Senegal e a Costa do Marfim queriam que fosse dada a palavra ao Governo sul-africano, para apresentar o seu ponto de vista quanto aos acontecimentos em Boipatong. Mas a delegação do ANC ameaçou abandonar os trabalhos se um delegado de Pretória intervisse.

Todo o ênfase que o grupo de Nelson Mandela e os seus aliados estão a dar a este caso da matança insere-se precisamente numa situação internacional em que muitos países, designadamente africanos, davam já como resolvida a situação na África do Sul e não pressionavam de forma alguma as autoridades de Pretória com o mesmo vigor que o faziam há um ou dois anos.

As igrejas, o Prémio Nobel da Paz Desmond Tutu, o ANC e outras forças querem agora que, nos próximos 15 dias, o Governo dê garantias de que vai prender e levar a julgamento os responsáveis por aquela e outras chacinas, bem como colocar as forças de segurança sob um controlo multipartidário. Utilizámos também blindados chineses de lagartas e rodas”, precisou o coronel, acrescentando terem as for-

Nações Unidas, Butros Butros-Ghali, Mandela reafirmou que não volta a conferenciar com as autoridades enquanto De Klerk não tomar medidas efectivas para acabar com a violência nas zonas predominantemente habitadas por negros.

Em termos gerais, o que se passa é que o ANC quer o mais depressa possível ser Poder, confiado como está em que consegue atrair a simpatia de pelo menos 50 por cento da população sul-africana; e o Partido Nacional, por seu turno, alegando a necessidade de muita ponderação, está a adiar o mais que pode o dia em que terá de partilhar a governação com as demais forças políticas.

Butros-Ghali vai nas próximas semanas à África do Sul, a fim de tentar ultrapassar o conflito que presentemente ali se vive; e quando o fizer já terá consigo todas as resoluções desta vigésima oitava cimeira da OUA, presentemente em curso.

O conjunto dos países africanos vai pedir uma reunião urgente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a fim de se examinar a aparentemente insolúvel questão da violência na África do Sul. Mas, como de costume, tem muitos outros problemas na sua agenda, incluindo o da dívida à Rússia e aos demais estados da antiga União Soviética (dívida que quer ver perdoadada), o da SIDA e o da seca.

O secretário-geral da OUA, que é o tanzaniano Salim Ahmed Salim, antigo candidato a idêntico posto nas Nações Unidas, propôs um mecanismo para a prevenção e resolução de conflitos na África, alegando que os “países do Norte” prestam cada vez menos atenção ao continente africano e que este é que tem de se defender a si mesmo.

No entanto, a concretização de tal esquema deverá ser bastante difícil, dado que muitos dos 51 países membros não pagam regularmente as suas quotas à Organização da Unidade Africana, deixando-a como um leão sem garras. Alguém que muito ruge mas que pouco pode fazer, em termos práticos.

O continente necessita imenso de dinheiro; e por isso a campanha — lançada o ano passado pelo Presidente nigeriano, Ibrahim Babangida — para que o Ocidente pague indemnizações pelos “perzuijos causados à África pela exploração escravagista e o tráfico de escravos”.

Salim Ahmed Salim justificou agora tal reivindicação com o precedente de a Alemanha já ter pago indemnizações a Israel pelos sofrimentos causados ao povo judaico e de ao Iraque se-

PÚBLICO DOMINGO, 5 JULHO 1988

Mandela rejeita

NELSON MANDELA, líder do Congresso Nacional Africano (ANC), rejeitou ontem a proposta de um encontro com o Presidente sul-africano, Frederik de Klerk. Num conferência de imprensa realizada em Joanesburgo, Mandela afirmou que De Klerk não satisfez as exigências para pôr termo à violência e criar uma assembleia constituinte, feita pelo ANC no passado dia 29 de Junho. Só se De Klerk “se mostrar moderado” e renunciar a sua atitude arrogante, poderá evitar a greve marcada para 3 de Agosto, disse ainda o dirigente negro. “Eles não estão prontos para uma transferência de poder — continuam agarrados ao Governo da minoria e não alteraram a sua posição”, acrescentou.

Camarões na África do Sul

A DIGRESSÃO dos “leões indomáveis” na África do Sul, a equipa nacional dos Camarões, “será um belo e bom acontecimento de 5 a 12 de Julho”, segundo um comunicado do ministro da Juventude e dos Desportos, M. Theodoros Lando, difundido ontem. A partida da delegação dos Camarões está prevista para o próximo dia 5, isto depois de a presença da selecção dos Camarões na África do Sul ter chegado a ser suspensa em virtude do apelo lançado pelo Congresso Nacional Africano (ANC) para que fossem boicotados todos os contactos desportivos com o regime de Pretória. O levantamento da suspensão da digressão coincidiu com a decisão do ANC de dar luz verde para que a equipa olímpica da África do Sul participe nos Jogos de Barcelona. ■

Ainda é possível tentar o diálogo

Jorge Heitor

Apesar do panorama extremamente sombrio da situação sul-africana da última quinzena, ainda há quem acredite que se possa voltar atrás e reatar um clima de diálogo, de modo a evitar a guerra civil no mais próspero dos países da África.

Tudo se poderá ainda recompor na África do Sul, dentro de alguns dias, apesar dos ânimos exaltados do ANC, do Partido Comunista e dos sindicatos a eles afectos — dizem alguns observadores de uma situação política que nas duas últimas semanas se agravou grandemente.

O Governo considerou sem qualquer fundamento as alegações de que o Presidente De Klerk teria reconhecido ser incapaz de controlar a polícia, que em muitos casos é acusada de favorecer o partido conservador Inkatha e de se encarnecer particularmente contra o movimento de Nelson Mandela.

A confederação sindical Cosatu dirige hoje um desfile até à sede do Governo, em Pretória, a fim de exigir que o regime de Pretória de Klerk dê o mais depressa possível lugar a uma administração baseada na maioria negra do país.

Por seu turno, o secretário-geral do Partido Comunista, Chris Hani, que também é um

PUBLICO
QUINTA-FEIRA, 1 JULHO 1992

destacado militante do ANC, pediu uma cimeira dos diversos movimentos que têm combatido o apartheid, a fim de se organizar "a derrota do regime".

Apesar desta linguagem militante, alguns observadores mais optimistas ainda julgam possível que dentro de dias as diversas partes se juntem à mesa das negociações e que se regressasse ao clima de relativo diálogo que existia há dois meses.

O Governo vai responder antes do fim da semana a um memorando em que o ANC apresentou as suas condições para o recomeço do diálogo; e é de admitir que prevaleça o bom senso, de modo a evitar uma carnificina superior a todas aquelas a que o país já assistiu.

As forças que têm Mandela por expoente máximo desejariam conseguir dentro de quatro ou cinco semanas um Governo de Unidade Nacional, formado por todos os partidos que aderiram à Convenção para uma África do Sul Democrática (Codessa), e que no primeiro trimestre de 1993 se elege-se uma Assembleia Constituinte, cujos trabalhos poderiam eventualmente demorar 18 meses. O que atiraria com eleições gerais para o segundo semestre de 1994.

O Partido Nacional, do Presidente De Klerk, parece porém inclinado para uma transição mais demorada, sem eleições gerais antes de 1995. E isto significa que, intercaladas com os períodos de diálogo, muitas crises se irão ainda viver no país durante os próximos anos.

Conselho de Segurança

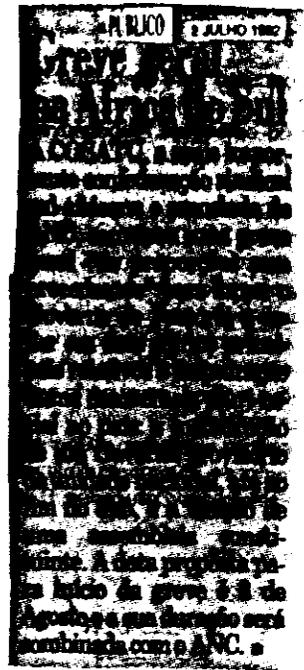
O secretário-geral da ONU, Butros Butros-Ghali, confir-

mou ontem em Dakar existir um consenso de todas as partes sul-africanas para uma intervenção das Nações Unidas no complexo caso.

Butros-Ghali disse à agência France Presse que vai reunir dentro de dias o Conselho de Segurança, mal regressar a Nova Iorque, depois de uma passagem por Londres.

A ONU, a Organização de Unidade Africana (OUA), a Comunidade Europeia e a Commonwealth, conjunto de países de língua oficial inglesa, deverão todas elas contribuir para que a transição do Poder na África do Sul se faça de uma forma relativamente pacífica, sem necessidade de a maioria da população negra recorrer à violência para ter uma palavra clara a dizer na administração do país.

O Congresso Pan-Africano (PAC), a Organização do Povo da Ásia (Azapo) e o Conselho Nacional dos Sindicatos (Nactu), entidades da extrema-esquerda, desejariam alinhar com o ANC, o Partido Comunista e a Cosatu num grande "levantamento popular" para acabar de vez com o Governo da minoria branca. Mas a isso responderia o regime com a mobilização de 350.000 homens em armas, fazendo correr muito sangue. Seria a tragédia! ■



PUBLICO
QUINTA-FEIRA, 1 JULHO 1992

África do Sul decide ida aos Olímpicos

O CONGRESSO Nacional Africano (ANC) adiou para hoje o anúncio de uma posição final sobre a participação final da África do Sul nas competições internacionais, incluindo os Jogos Olímpicos de Barcelona. Cyril Ramaphosa, secretário-geral do ANC, afirmou que esta questão será definida na noite de hoje em encontro do Comité Nacional de Trabalho da organização. Aquele dirigente revelou ainda que Nelson Mandela, presidente do ANC, deverá também hoje discutir em Dakar, com o presidente dos Camarões, o motivo do cancelamento da selecção de futebol daquele país à África do Sul. Ramaphosa falava numa conferência de imprensa acompanhado por Sam Ramsamy, presidente do Comité Olímpico da África do Sul, e representantes das principais federações desportivas, com quem estivera previamente reunido pela segunda vez desde que na passada quarta-feira o ANC anunciou estar a estudar a ida ou não dos atletas do país a Barcelona. "Os dois lados (ANC e federações) concordam que o impasse a nível de negociações com o governo e o massacre de Boipatong lançaram o país numa crise grave", disse Ramaphosa. Aquele dirigente político revelou ainda que a posição do ANC será tomada em termos colegiais, após consulta aos mais diversos organismos desportivos do país a quem, frisou, "o ANC não pretende ditar posições". ■

PUBLICO
QUINTA-FEIRA, 2 JULHO 1992

ANC deu o sim a 'Barcelona-92'

O CONGRESSO Nacional Africano (ANC) abriu ontem o caminho à participação dos atletas sul-africanos nos Jogos Olímpicos de Barcelona, mas na condição de aqueles usarem braçadeiras com mensagens pró-democracia. Quaisquer outras competições internacionais ficaram interditas.

Os líderes do ANC divulgaram esta decisão num comunicado emitido no final das conversações de emergência convocadas para decidir se a África do Sul deveria repensar a sua participação olímpica após o massacre de Boipatong, que causou 41 mortos, a 17 de Junho passado.

A imposição do ANC não leva

em conta a Carta Olímpica, nomeadamente a sua regra 61, que estipula que "nenhum tipo de manifestação ou propaganda política, religiosa ou racial será permitida nas áreas olímpicas". O parágrafo acrescenta que qualquer violação desta cláusula "resultará na desqualificação e retirada da acreditação".

Mas o presidente do Comité Olímpico Sul-Africano (NOCSA), Sam Ramsamy, garantiu que a sua organização iria insistir para que os atletas usassem autocolantes pró-democracia durante as entrevistas. "Os representantes do NOCSA também usarão os autocolantes", adiantou Ramsamy. ■

PUBLICO
TERÇA-FEIRA, 30 JUNHO 1992

Bull investe na África do Sul

O GRUPO francês Bull assumiu o controlo da Mohawk Computers South Africa, "tornando-se o primeiro fabricante mundial a investir na África do Sul desde que foi levantado o embargo pelos países ocidentais", anunciou o construtor francês, sem adiantar qual o valor do seu investimento. A Mohawk foi criada em 1972, como filial da empresa norte-americana Mohawk Data Sciences, mas ganhou a independência em 1985, quando os seus funcionários a adquiriram. No ano económico que terminou em Maio, o seu volume de negócios foi de 25 milhões de rands (1,15 milhões de contos). ■

Desespero pelo meu país

APÓS O massacre ocorrido em Boipatong a 17 de Junho, uma coisa é certa: não haverá um acordo negociado na África do Sul a menos que alguma coisa seja feita para restabelecer a credibilidade da policia como força de manutenção da paz.

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Rolf "Pik" Botha, tem razão ao afirmar que não há alternativa à negociação. Mas o que haverá, se a negociação falhar, será a pavorosa perspectiva de um resvalar para a anarquia e para a destruição, será a conversão da África do Sul num novo Líbano ou numa Jugoslávia. Tal perspectiva espreita, agora, se o Presidente Frederik W. de Klerk continuar a fechar os olhos ao facto de a credibilidade da policia estar à beira do colapso.

Passei aqui algum tempo em conversa com sobreviventes do massacre e estive na povoação a seguir à visita de De Klerk em 20 de Junho, quando a policia abriu fogo à queima roupa contra uma multidão compacta de cerca de 3000 pessoas — e só posso dizer que desespero pelo meu país.

Desesperei porque todos os homens, mulheres e crianças com quem falei em Boipatong me disseram estarem convencidos de que a policia dera cobertura aos atacantes — apoiantes do Partido Inkatha da Liberdade, do chefe zulu Mangosuthu Buthelezi, vindos de um dormitório de operários migrantes da vizinhança —, à entrada e à saída da povoação, a seguir ao massacre.

Desesperei porque vi, com os meus próprios olhos, a inépcia dos policia a lidarem com o tipo de situação explosiva gerada após a visita — tida como inadequada — do Presidente de Klerk. Depois de o Presidente partir e de a multidão ter começado a acalmar e a dispersar, a policia deu inexplicavelmente meia volta com as suas viaturas de transporte de tropas e entrou de novo no maltratado aglomerado, com ar agressivo e provocador.

Então, um dos policia que se transportavam numa das viaturas subiu à torre do blindado e disparou um único tiro, matando um homem negro a cerca de 80 metros de distância. O policia alegou que o homem ameaçava outro com uma faca, mas a gente da multidão nega-o, dizendo que o disparo foi injustificado.

Seja qual for a verdade, o disparo criou uma situação tão explosiva que se tornou inevitável uma maior tragédia. Nem esse policia, nem quaisquer outros que tenho visto em idênticas situações na África do Sul, usavam escudos ou bastões antimotim, como é prática no resto do mundo. Envergavam camuflados de guerra e apenas usavam armas letais: carabinas de repetição de 12 tiros carregadas com zagalote e espingardas automáticas. O que significava que o disparo era o seu primeiro — e não o último — recurso em caso de dificuldade.

A multidão enfurecida juntou-se, exigindo que o agente que disparara o tiro fatal fosse preso. Estava determinada a impedir que a policia levasse consigo o corpo, afirmando que isso levaria a um caso de autodefesa fabricado.

Quando uma carrinha mortuária da policia chegou, foi-lhe barrado o caminho. O condutor da viatura saiu e, repellido pela multidão, disparou a arma para o chão, tentando

pôr as pessoas em fuga. Em vez disso, o resultado foi que incitou os seus colegas, que, ao ouvirem o tiro, imediatamente abriram fogo contra o grosso do ajuntamento que tinham pela frente. Dispararam durante mais de 19 segundos, carregador após carregador, enquanto as pessoas fugiam aterrorizadas, caindo ao serem atingidas, até haver dois mortos e 29 feridos a gemer no chão.

Quando o tiroteio cessou, o comandante saltou da viatura e gritou aos seus homens em afrikaans: "Quem vos disse para dispararem? Eu disse-vos para não dispararem sem ordem."

Desesperei, enfim, porque, quando tudo estava terminado, a policia não desceu para socorrer os feridos. Isso ficou para os escassos elementos da imprensa ali presentes e para os sobreviventes negros.

Tudo isto foi infligido a uma comunidade que sofrera já, quatro noites antes, uma das maiores atrocidades na história da África do Sul, quando, pela última contagem, 51 pessoas — incluindo mulheres e bebés — foram alvejadas, pontapeadas e esfaqueadas até à morte nas suas camas.

A decisão de De Klerk de visitar o local dessa atrocidade é sintomática da sua insensibilidade em relação ao estado de espírito da África do Sul negra nestes dias sombrios de frustração e fúria. Boipatong e os aglomerados dos arredores fervilhavam de raiva. Todos aqui acreditam, em absoluto, que a policia esteve envolvida no ataque do Inkatha.

Na sua conferência de imprensa após ter sido escorraçado do aglomerado, De Klerk responsabilizou o secretário-geral do ANC, Cyril Ramaphosa, pela hostilidade. "O que se pode esperar quando ele vai à televisão e me atribui a responsabilidade pelo massacre?", perguntou o Presidente.

O que quer que digam o Presidente e os seus ministros, por muito justificativos que sejam os comunicados oficiais que os porta-vozes da policia possam difundir, aqueles que foram alvo das facas, dos machados e das rudimentares espingardas artesanais sabem quem os atacou. É possível ludibriar os brancos, nos seus subúrbios longínquos, mas não os negros que se encontram no ponto de mira — e quanto mais insistirmos nisso, mais nos desacreditamos.

Foi o que aconteceu à policia na África do Sul. Ela mesma se tem desacreditado pelos seus actos e pelas suas explicações cinicamente desconchavadas, ao ponto de já não ser vista como uma força de manutenção da ordem mas como um inimigo temível e fatal.

De Klerk não quer acreditar em tal. Enfurece-se quando o problema lhe é apresentado. Mas é verdade.

Como poderá a credibilidade ser restabelecida? Só através de medidas drásticas. Terá que haver uma mudança completa na estrutura de comando das forças de segurança, elas terão que ser postas sob o controlo multipartidário e terá que haver uma comissão internacional de fiscalização das operações policiais. Se isso for feito, talvez haja alguma esperança no reatar do processo de paz. ■

*jornalista e escritor sul-africano
Exclusivo PÚBLICO/The Washington Post